



## Comitê de Investimentos

### Ata da Sexta Reunião Ordinária

Ano 2015

Data: 25 de Junho de 2015.

Hora: 14:00

Local: Sala de Reuniões do 3º andar do IPAJM

#### Presenças:

Bruno Tamanini Lopes – Membro do Comitê de Investimentos;  
Edmilson Nunes de Castro - Membro do Comitê de Investimentos;  
Carmem Lúcia Carneiro da Cunha Guio – Membro do Comitê de Investimentos

#### Ordem do Dia:

1. Cenário econômico atual;
2. Alternativas de Realocação;
3. Assuntos gerais.

#### Item 01 da Ordem do Dia - Cenário econômico atual:

Em sua última reunião, o COPOM (Comitê de Política Monetária) do Banco Central decidiu por elevar os juros básicos da economia de 13,25% para 13,75% ao ano. Foi a sexta alta consecutiva da taxa SELIC. A decisão foi em linha com as expectativas do mercado. Na ata, o COPOM registrou que a inflação está mostrando persistência.

Ainda vale ressaltar: "A propósito, o COPOM avalia que o cenário de convergência da inflação para 4,5% no final de 2016 tem se fortalecido. Para o COPOM, contudo, os avanços alcançados no combate à inflação – a exemplo de sinais benignos vindos de indicadores de expectativas de médio e longo prazo – ainda não se mostram suficientes. Nesse contexto, o COPOM reafirma que a política monetária deve manter-se vigilante", diz a ata.

O documento ainda projetou uma variação de 12,7% para o conjunto de preços administrados, ante os 11,8% considerados na reunião do COPOM de abril. Para os membros do COPOM, a inflação está atualmente em níveis elevados por causa do efeito do ajuste dos preços domésticos em relação aos internacionais e dos administrados em relação aos livres.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
IPAJM



Apesar da continuidade dos aumentos da taxa SELIC, a expectativa de contenção da inflação no curto prazo permanece limitada. Com isso, a atividade econômica continua em desaquecimento com piora em todos os setores. Ainda, temos visto que as medidas propostas pelo Governo Federal com a finalidade de promover o ajuste fiscal não têm sido aprovadas na forma em que foram encaminhadas, reduzindo com isso, o resultado final dos ajustes propostos.

Além disso, na contramão do esforço fiscal proposto pelo Governo, o Congresso Nacional tem aprovado várias Leis que, na verdade, aumentam de sobremaneira os gastos da União, Estados e Municípios. Tal situação tem alimentado rumores no mercado de que o país poderá perder seu grau de investimento pelas agências de Rating, ainda no início do segundo semestre.

**Item 02 da Ordem do Dia – Alternativas de Realocação:**

Em função do cenário econômico acima exposto, temos observado uma inversão na curva de juros, tanto no curto prazo, quanto no longo prazo. O que ocorreu é que no curto prazo permanecem a pressão inflacionária e o desequilíbrio nas contas do Governo, o que acarretou um aumento nas taxas de juros. No longo prazo, há o entendimento de que as medidas do ajuste fiscal darão resultado, tendo como reflexo imediato a queda da taxa de juros. Tal situação inverteu as taxas vigentes anteriormente, que remuneravam melhor os títulos com vencimento mais alongados, e de forma pouco atrativa os títulos com vencimento curto prazo. Na situação até então vigente, não era interessante aplicar os recursos do ES-Previdência em tais títulos, pois dada a marcação a mercado e a volatilidade dos títulos atrativos, que eram os de longo prazo, poderia haver uma rentabilidade negativa, prejudicando o atingimento da meta atuarial anual, o que fez com que mantivéssemos nossos recursos em fundos com pouca volatilidade.

Agora, neste novo momento, em que as taxas dos títulos públicos (NTN-B's) de curto prazo estão remunerando com taxas bem acima da meta atuarial, entendemos ser o momento de realocar os recursos que estão aplicados em fundos DI e IRFM-1, que, no momento, não estão atingindo a meta atuarial, para títulos públicos (NTN-B'S) com vencimentos de 2016 até 2019. Tal entendimento foi objeto de debate na reunião extraordinária com a Diretoria de Investimentos e sugestão por parte deste Comitê. Como o Contrato da Custódia Qualificada com o BRB – Banco de Brasília já foi assinado, foi consenso naquela reunião, em efetuarmos uma primeira compra de títulos públicos (NTN-B's) com vencimento em 2016, utilizando recursos oriundos do DI. Ainda, naquela reunião foi manifestada a posição do Comitê de Investimentos de que deveríamos efetuar com regularidade outras compras de títulos públicos de curto prazo (NTN-B's), aproveitando a rentabilidade atual dos mesmos.

**Item 03 da Ordem do Dia - Assuntos Gerais:**

Registramos que, no dia 24 de junho recebemos a visita do gestor da VINCI PARTNERS onde foi apresentado um panorama atual do cenário macroeconômico, bem como uma explanação sobre alguns fundos que a VINCI possui em parceria com a Caixa Econômica Federal.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
————— IPAJM —————



**Considerações Finais:**

Em face de todo o exposto na reunião, firmou-se o entendimento de que é o momento de que sejam realocados os recursos aplicados no DI e IRFM-1 para títulos públicos (NTN-B's) de curto prazo com vencimentos de 2016 até 2019, aproveitando as ótimas taxas presentes no mercado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Bruno Tamanini Lopes, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos membros presentes.

  
Edmilson Nunes de Castro

  
Carmem Lúcia Carneiro da Cunha Guio

  
Bruno Tamanini Lopes